



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.117-A, DE 2024** **(Do Sr. Airton Faleiro)**

Altera a Lei nº 12.711, de 2012, para inserir, entre os beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino, os povos ribeirinhos ; tendo parecer da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, pela aprovação (relatora: DEP. CÉLIA XAKRIABÁ).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL;  
DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS;  
EDUCAÇÃO; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. AIRTON FALEIRO)

Altera a Lei nº 12.711, de 2012, para inserir, entre os beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino, os povos ribeirinhos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

.....

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas, ribeirinhos e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.711, de 2012, a chamada Lei das Cotas, representa grande conquista da sociedade brasileira no sentido de promover a equidade no acesso à educação técnica e superior pública, oferecida pelas instituições federais de ensino. Abre oportunidades para grupos sociais cujas condições de vida, por décadas, constituíram obstáculos para a progressão na trajetória de escolarização, um direito a ser assegurado a todo brasileiro.

Estão nela contemplados, entre os estudantes originários da rede pública de ensino médio, aqueles pertencentes a famílias de baixa renda e os declarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e aqueles com deficiência.

Importantes segmentos das chamadas comunidades tradicionais ou dos povos originários estão considerados. Há, porém, um segmento que não está relacionado e que integra também, conceitualmente, o conjunto denominado de comunidades tradicionais.

Trata-se dos ribeirinhos, habitantes tradicionais das margens dos rios, vivendo com as condições oferecidas pela natureza, com cultura própria, tendo a pesca artesanal como principal atividade econômica, dedicando-se também ao cultivo de pequenos roçados e ao extrativismo vegetal.

Suas características levam a considerá-los como inseridos no conceito de povos e comunidades tradicionais que consta do inciso I do art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que “institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Esse conceito se refere a “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O contingente formado por esse segmento pode não ser numericamente muito expressivo, mas seu perfil certamente justifica sua



inclusão entre aqueles considerados nas políticas afirmativas, como é o caso da política de cotas para acesso às instituições federais de ensino.

Estou seguro de que a relevância da presente iniciativa haverá de ser reconhecida pelos ilustres Pares, emprestando-lhe o necessário apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado AIRTON FALEIRO





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 12.711, DE  
29 DE AGOSTO DE  
2012**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-08-29:12711>



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 2024**

Altera a Lei nº 12.711, de 2012, para inserir, entre os beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino, os povos ribeirinhos.

**Autor:** Deputado AIRTON FALEIRO

**Relatora:** Deputada CÉLIA XAKRIABÁ

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.117, de 2024, de autoria do Deputado Airton Faleiro, objetiva alterar a Lei nº 12.711, de 2012, para inserir, entre os beneficiários de cotas para acesso às instituições federais de ensino, os povos ribeirinhos.

Na justificação de sua proposição legislativa, o autor menciona a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), ressaltando que ela foi uma conquista para a sociedade brasileira, pois facilitou o acesso à educação para grupos que historicamente enfrentam dificuldades; reforça que a lei atual já contempla estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

O Deputado acrescenta que o objetivo de seu projeto de lei é expandir essa política de cotas para incluir os ribeirinhos e ribeirinhas, que são considerados uma comunidade tradicional, pois têm cultura própria, vivem nas margens dos rios e sua economia se baseia na pesca artesanal e no extrativismo.



Por fim, o texto argumenta que a inclusão dos ribeirinhos é justificada exatamente porque eles se encaixam na definição de "povos e comunidades tradicionais" do Decreto nº 6.040/2007. Mesmo não sendo um grupo numericamente grande, a sua situação social e cultural justifica a necessidade de políticas afirmativas para garantir que tenham as mesmas oportunidades de acesso à educação que outros grupos já contemplados pela lei.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

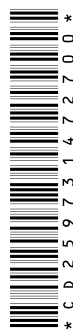
É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, nos termos do inciso VIII do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.117, de 2024, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e à igualdade racial.

Tendo isso em vista, concluímos que a referida proposição é meritória.

A aprovação de um projeto de lei que inclui os povos ribeirinhos como beneficiários da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representa um avanço significativo na política de inclusão social e educacional do Brasil. Essa medida tem como objetivo corrigir desigualdades históricas, garantindo que um grupo



populacional historicamente marginalizado tenha acesso mais equitativo ao ensino superior e técnico federal.

A proposta é um ato de reparação histórica. As comunidades ribeirinhas vivem em estreita relação com rios e corpos d'água, enfrentam inúmeros desafios, como a falta de infraestrutura básica, serviços públicos precários e, principalmente, a ausência de acesso à educação de qualidade. Ao longo da história, essas populações têm sido invisibilizadas nas políticas públicas. Incluí-las na Lei de Cotas reconhece sua existência e suas especificidades culturais e sociais, demonstrando um compromisso do Estado com a diversidade e com a justiça social.

É, sobretudo, uma estratégia direta para combater a desigualdade educacional. A dificuldade de acesso à escola, o alto custo de transporte e a necessidade de auxiliar nas atividades de subsistência de suas famílias, como a pesca e a agricultura, resultam em altas taxas de evasão escolar e na dificuldade de preparo para o ingresso em universidades. As cotas agem como um mecanismo para mitigar essas barreiras, criando uma ponte para que esses estudantes possam ter acesso às mesmas oportunidades que os demais.

A experiência da Lei de Cotas no Brasil já demonstra resultados concretos. Entre 2012 e 2023, as matrículas por cotas raciais nas universidades federais cresceram 266%, e o número de concluintes saltou mais de 1.300%. Ou seja: a política afirmativa não apenas garante o acesso, mas também fortalece a permanência e a conclusão dos estudos, contribuindo para reduzir desigualdades históricas.<sup>1</sup>

A formação de profissionais ribeirinhos em diversas áreas do conhecimento beneficia também o desenvolvimento sustentável de suas próprias comunidades e das regiões onde vivem. A educação superior permite que esses estudantes retornem às suas localidades com conA experiência da Lei de Cotas no Brasil já demonstra resultados concretos. Entre 2012 e 2023, as matrículas por cotas raciais nas universidades federais cresceram 266%, e o número de

<sup>1</sup> PODER360. *Matrículas por cotas étnicas em universidades subiram 266% em 11 anos*. Poder360, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-educacao/matriculas-por-cotas-etnicas-em-universidades-subiram-266-em-11-anos/>. Acesso em: 29 ago. 2025.





concluantes saltou mais de 1.300%. Esses dados evidenciam que a política afirmativa não apenas garante o acesso, mas também fortalece a permanência e a conclusão dos estudos, contribuindo para reduzir desigualdades históricas. Iecimentos técnicos e acadêmicos, impulsionando iniciativas de saúde, educação, sustentabilidade, gestão de recursos naturais e empreendedorismo que sejam culturalmente adaptadas e que valorizem o modo de vida ribeirinho.

Quando um filho ou filha de ribeirinhos chega ao ensino superior, não é apenas um indivíduo que vence: é toda uma comunidade que enxerga a possibilidade de transformação. A formação de profissionais ribeirinhos abre caminhos para fortalecer a saúde, a educação, a gestão ambiental, a economia solidária e o cuidado com a floresta e as águas, sempre a partir da valorização cultural.

Portanto, a aprovação do projeto de lei aqui debatido não produz um privilégio, mas sim uma medida essencial de justiça social. É um passo fundamental para construir um Brasil mais justo, inclusivo e que valorize a riqueza de sua diversidade humana.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.117, de 2024.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada CÉLIA XAKRIABÁ  
Relatora





Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL**

**PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 2024**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.117/2024, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Célia Xakriabá.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Reimont - Presidente, Tadeu Veneri, Erika Kokay e Otoni de Paula - Vice-Presidentes, Clarissa Tércio, Erika Hilton, Geovania de Sá, Pastor Diniz, Pastor Henrique Vieira, Romero Rodrigues, Carla Dickson, Célia Xakriabá, Daiana Santos, Delegado Paulo Bilynskyj, Luiz Couto, Mauricio Marcon, Talíria Petrone e Tarcísio Motta.

Sala da Comissão, em 10 de setembro de 2025.

Deputado REIMONT  
Presidente

